

O Amazonas e o Prata na mitogeografia da América *

Plínio Freire Gomes

“Amo os grandes rios, pois são profundos como a alma. Na superfície são muito vivazes e claros, mas nas profundezas são tranqüilos e escuros como o sofrimento dos homens.”

(Guimarães Rosa)

Num texto pouco lembrado, Michel Foucault nota que o século XIX foi obcecado pelo tempo. Toda uma escala de valores seria construída a partir de noções como progresso, estagnação, crise, declínio, ciclo. Tal temporalidade ligava-se à física, mais exatamente ao descobrimento do segundo princípio da termodinâmica. A imagem da troca de energia entre diferentes sistemas de partículas passou a valer como uma metáfora para os próprios movimentos sociais. Foi neste tipo de sucessão ideal (ordenada, reversível, espontânea) que a burguesia encontrou a essência de seus recursos mitológicos.

Nada exclui que, em outros momentos históricos, tenha sido o espaço e não o tempo a reger os padrões mentais. Até porque é próprio do ser humano reelaborar o ambiente sensível no plano simbólico, onde irão surgir as paisagens da nossa percepção, dos nossos sonhos, das nossas paixões. Por vezes, elas são transparentes e etéreas, ou obscuras e encobertas. Outras vezes são rígidas como a pedra e o cristal, ou fluídas como a água corrente. Esse mecanismo multiplica os espaços, fazendo do próximo um fator de identidade e do distante fonte de fantasia. A terra transforma-se assim de extensão homogênea e vazia numa entidade carregada de significado — ou melhor, de amplidão em território.¹

* Parte deste artigo foi apresentada no V Simpósio de História Marítima e Naval Ibero-Americana. Rio de Janeiro — Ilha Fiscal, 22-29 de outubro de 1999.

O argumento não foi negligenciado pela psicanálise, que há muito estuda os efeitos do espaço sobre o espírito humano. Certos autores falam mesmo numa “psicogeografia”, assinalando o valor da paisagem enquanto tela para as projeções do desejo e do inconsciente. Aspectos do relevo como as montanhas, os mares, os desertos, as ilhas e os rios, estariam associados a uma complexa carga afetiva. Não há experiência traumática, seja ela individual ou coletiva, que não deixe marcas no espaço. Nem sempre, porém, o resultado de tais análises é dos mais felizes. A tendência de buscar símbolos universais na sintomatologia dos pacientes ainda persiste, sendo comum a tentativa de ligar a água ao feminino, a terra ao masculino, o fluxo à maternidade e por aí afora.²

Ocorre que fixar universalmente os simbolismos da paisagem equivale a cancelar qualquer condicionamento de ordem histórica. Talvez seja esta a razão pela qual os historiadores ainda resistam a investigar as categorias mentais do espaço, apesar da sua importância decisiva para o estudo de temas como o contato entre civilizações ou mesmo a formação da economia-mundo.

Uma exceção é o trabalho de Jacques le Goff sobre a invenção do purgatório. A crescente diferenciação das classes sociais na Europa medieval acabou por refletir-se no Além, com o surgimento de um território mediador entre o paraíso e o inferno. Reorganizar os “lugares” do outro mundo foi uma operação de grande envergadura na espiritualidade cristã — demonstrando que o espaço, manipulado pela cultura, é bom para pensar.³

Na mesma linha, historiadores como Frank Lestringant, John Gillies e Jeremy Brotton dissecaram o fascínio dos humanistas pela cosmografia. Da ênfase na história da técnica e do artefato científico, eles passaram a chamar a atenção para o significado social do saber geográfico. Durante a Renascença, mais do que em qualquer outra era, o conhecimento do espaço tornou-se um imperativo de ordem simbólica que permeou largamente a vida intelectual europeia. Com a expansão dos confins coloniais no globo e a crescente complexidade da informação veiculada pela literatura de viagem, cresceu também a necessidade de diferenciar, de criar novos ritos de exclusão, de reforçar os limites entre o Eu e o Outro. De, em uma palavra, *territorializar*.⁴

A proposta do presente artigo é perceber como tal processo tomou forma na conquista da América. Os dois rios cuja história examinaremos estão entre os aspectos paisagísticos do novo continente que mais impressionaram os europeus. A perplexidade deu lugar a uma série de referências confusas mas bastante originais, que mesclavam tradições judaico-cristãs, noções herdadas da Antigüidade clássica e lendas indígenas. Pouco a pouco, essas imagens começariam a ganhar contornos mais definidos para afluir numa “narrativa” (*mythos*) da terra, numa mitogeografia. A territorialidade onírica que ela colocaria em cena foi decisiva para a compreensão do espaço americano.

Secos e molhados

Navegar pelos oceanos significava percorrer distâncias inimagináveis. Significava sobretudo bordejar e identificar o traçado de terras novas. Mas era a navegação fluvial o único meio de penetrá-las, de explorá-las a fundo. Já no descobrimento da costa africana os grandes rios — também conhecidos como “bocas do sertão” — tinham cumprido um papel da maior relevância. Seus leitos representavam, para o navegante, veredas de água cortando imensidões incógnitas.⁵

Na América do Sul, dois rios se distinguiram desde cedo pela grandiosidade de suas desembocaduras. O Amazonas e o Prata chamaram a atenção não só pelo desmesurado volume hídrico que despejavam no oceano como também pelo ímpeto de suas águas entrando mar adentro. Repetidamente evocados na crônica e na cartografia quinhentista, eles se consagraram como marcos geográficos fundamentais do Novo Mundo. Descrevendo o Amazonas, Gabriel Soares de Sousa contabiliza:

segundo informação que se deste rio tem, vem do sertão mais de mil léguas até o mar; pelo qual há muitas ilhas grandes e pequenas quase todas povoadas de gentio de diferentes nações e costumes.⁶

O espanhol Pedro Arias de Almeida nota, com surpresa, que a foz do Amazonas tem quase 80 léguas — “*y todas de agua dulce*”. Eis por que, apesar de suas mais de mil ilhas, acreditava-se que fosse tudo uma mesma boca

de mar. Em seguida, o cronista admira-se com o fenômeno da pororoca. De tempos em tempos, diz ele,

viene la marea con tanta velocidad y ruydo que se oye más de quatro leguas, y con una chea de agua levantada hazia arriba, más alta que una grande casa que pone temor de muerte [...] y es muy peligrosa cosa.⁷

Martín Saavedra y Guzmán tratou de apurar o estilo para dar ao imponente rio a justa medida da sua dignidade. Embora longa e superlativa, a passagem tem o mérito de apresentar um sugestivo quadro cosmográfico. Comparado à hidrografia do Velho Mundo, o Amazonas assume aqui uma posição de inequívoca superioridade:

Este es el famoso Río de las Amazonas que corre y baña las más fértiles y pobladas tierras que tiene el ympero del Perú y sin usar de hipérboles lo podemos calificar por el mayor y más célebre río del orbe. Por que si el Ganges riega toda la Yndia y por caudaloso escurece el mar quando desagua en él [...] si el Eufrates por río caudaloso del Asiria y parte de la Persia es las delicias de aquellos reynos, si el Nilo riega la mayor parte del África fecundándola con sus corrientes, el Río de las Amazonas riega más extendidos reynos, fecunda más vegas, sustenta más hombres, aumenta con sus aguas a más caudalosos océanos [...] Ynumerales ríos desaguan en el Amazonas, arenas de oro tiene, tierras riega que athessoran ynumerales riquezas [...] sus campos parecen paraísos y sus yslas jardines y que, si ayuda el arte a la fecundidad del suelo, serán entretenidos paraísos y sus yslas jardines.⁸

O Prata, como era de se esperar, inspirou comentários mais comedidos, porém não indiferentes. O cosmógrafo português João Teixeira descreveu a sua foz apresentando a respeitável estimativa de 50 léguas de largo. E acrescentou:

O rio da Prata he um dos mais conhecidos e notáveis do mundo, assi por sua grandeza como por ser unica entrada do Peru e sahida da Prata e riquezas daquelas Provincias.⁹

Século e meio depois, Sebastião da Rocha Pita daria voz a uma das mais persistentes hipóteses sobre a configuração da América do Sul. No *Atlas* de Mercator-Hondius (1606) e no *Theatrum Orbis Terrarum* de Blaeu (1640), vemos toda uma rede fluvial surgindo do centro do continente.

O Amazonas, o Prata, o São Francisco e outros afluentes menores são representados como se irradiassem de uma lagoa central denominada “Eupana”. Foi provavelmente com base em imagens como aquelas que o cronista descreveu o Prata, dizendo:

traz o seu nascimento da mesma mãe, e posto que irmão menor, tem o curso quase igualmente dilatado, mas por diferente rumo, correndo o das Amazonas para o norte, e o da Prata para o meio-dia.¹⁰

Quando, nas décadas de 1530 e 1540, estes mananciais começaram a ser percorridos em toda extensão, um complexo quadro mitológico articulou-se ao longo de suas margens. Na pena do espanhol Gaspar de Carvajal e do alemão Ulrich Schmidt, estas majestosas correntes d’água confundiram-se com uma sucessão de fantasias. Eram as mesmas que vinham sendo gestadas desde Colombo e que agora pareciam atingir seu máximo esplendor: florestas de especiarias, manufaturas de louça preciosa, cortes riquíssimas, tribos de mulheres guerreiras e, é claro, o El Dorado.

Tais motivos lendários propunham uma visão quimérica, porém surpreendentemente nítida do espaço que começava a ser devassado. Baseada mais na esfera do discurso que na observação empírica, esta mitogeografia teve nos grandes rios sul-americanos seu cenário privilegiado. Por estranho que pareça, ela passou a constituir o “núcleo duro” do saber geográfico sobre o novo continente. Antes de explorá-la, tratemos de retornar às suas fontes mais remotas, à sua nascente.

Segundo as *Escrituras*, a geografia terrestre teria surgido no terceiro dia da Criação. Depois de colocar um Firmamento entre as águas, Deus moldou a superfície do globo dizendo: “Que as águas que estão sob o céu se reúnam numa só massa e que apareça o continente”. Assim se fez e Deus chamou ao continente “terra” e à massa das águas “mares”. As paisagens deste mundo nasceram, portanto, divididas entre duas imensidões contrapostas. De uma parte, temos a terra, destinada, afirma o *Gênesis*, a “verdejar de verdura”. É ali que as ervas darão semente e as árvores, frutos, todas segundo sua espécie. De outra, temos os mares, consagrados a “fervilhar num fervilhar” de seres vivos. É onde Deus colocou as grandes serpentes e todas as criaturas que habitam as águas.¹¹

Temos assim dois conceitos espaciais antagônicos. A realidade sensível da terra é a estabilidade; a do mar, instabilidade. A qualidade de um é a fixidez; a do outro, movimento. Do ponto de vista humano, o primeiro corresponde ao permanente, à vida sedentária e à agricultura; o segundo, ao movimento, à existência errática e à pesca. É o imoto em oposição ao fluido.

Mas há um ponto da paisagem onde as duas imensidões inversas parecem convergir. Na geografia do Gênesis, os rios aparecem como figuras excêntricas, visto que suas águas correm sobre a terra dentro de um circuito muito bem delineado. Neles o imoto das margens se une ao fluido da correnteza, o enraizamento se confunde ao deslocamento, o estático ao inconstante, o alimento vegetal ao consumo de peixe. Sua marca é assim a ambigüidade entre dois universos contraditórios. É o domínio comum dos secos e molhados.

Rios na longa duração

Não por acaso os rios estão freqüentemente cercados de atributos mágicos. Ainda durante a Criação, foram eles a dar vida às ervas e aos arbustos. As *Escrituras* contam que, antes das primeiras chuvas, “um manancial subia da terra e regava toda a superfície do solo”. A nascente deste rio primordial seria o jardim do Éden; e suas águas se dividiam em quatro braços (Fison, Geon, Tigre e Eufrates) que banhavam terras ricas em ouro, ônix e resinas aromáticas.¹² Os muçulmanos, grandes sonhadores do Paraíso, incluíram um dado inusitado. Para eles, tais rios não eram de água doce somente, mas de vinho, leite e mel.¹³

Origem da vida na terra, fonte de abundância alimentar, acesso a tesouros prodigiosos — os cursos fluviais excitavam o imaginário numa ampla gama de projeções fantásticas. Mas na sua origem prevalece a imagem do rio como personificação contraditória do móvel e do imóvel. Esta dicotomia daria vazão a duas simbologias opostas, embora estreitamente ligadas.

Na primeira, o rio é representado como *terminus* natural, como marco de uma identidade coletiva que não pode ser superado sem algum tipo de perigo. Tácito escolheu o Reno para designar o limite da expansão setentrional romana. Seria melhor, sentenciava ele, que os legionários nunca atravessassem suas águas. Pois dali em diante estendia-se um território ha-

bitado por povos selvagens que viviam da guerra e da pilhagem, desconheciam o valor dos metais preciosos e não construíam templos a seus deuses.¹⁴

O Rubicão desempenhou um papel análogo na conquista da Gália. Consta que, antes de ultrapassá-lo, Júlio César sonhou manter relações sexuais com a própria mãe. Na verdade, o incesto ilusório estava para o cruzamento de um símbolo limítrofe. Superar o Rubicão implicava uma transgressão ao mesmo tempo moral e cívica, posto que a figura materna ligava-se ao culto das vestais — e por extensão à Roma propriamente dita. Não surpreende que a “ofensa” geográfica de César assumisse contornos edipianos. Ao deixar para trás a terra natal, ele se tornaria um pouco estrangeiro. Vale dizer, meio bárbaro e amoral.¹⁵

Durante a Idade Média, o *terminus* crítico se desloca para os confins da cristandade. Situado além da Terra Santa, o rio Tigre passaria a ser identificado como fronteira última do mundo conhecido. Ao menos é o que demonstra a lenda forjada no século XII a respeito de um soberano oriental de nome Johannes Presbyter. Espelhando a aventura dos cruzados, este descendente dos Reis Magos e protótipo do Preste João teria empreendido uma peregrinação a Jerusalém. Ao chegar às margens daquele manancial, Johannes decidiu aguardar o inverno na esperança de que o congelamento das águas lhe franqueasse o caminho. Mas a temperança climática daquela região, tão próxima do Paraíso Terrestre, obrigou-o a desistir do intento. Era, enfim, desígnio de Deus que o Tigre estendesse uma cortina fluvial entre o Oriente e o Ocidente.¹⁶

Entre as tradições ligadas às tribos perdidas de Israel, fala-se ainda de outro rio oriental que impedia a passagem dos homens. Trata-se do Sabático, situado em algum lugar do Cáucaso e cujas águas corriam com espantosa violência ao longo de um curso circular de 30 milhas de diâmetro. O estranho manancial só perdia o ímpeto durante os sábados, dia em que os judeus não podem viajar. Plínio teve notícia de uma tradição semelhante na Judéia; e Josefo inverteu a lenda, afirmando que as águas do Sabático corriam somente aos sábados para forçar os judeus a observarem o sabá.¹⁷ Por vezes, como acontecera no mar Vermelho, a Providência se encarregava de abrir uma passagem também entre as águas dos rios. O curso do Jordão

foi milagrosamente interrompido três vezes: uma para todo povo eleito e as demais para que os irmãos Elias e Eliseu pudessem cruzá-lo a “pé enxuto”.¹⁸

A segunda ordem simbólica associada aos rios remete à idéia contrária. Ao invés de demarcarem um território, suas águas formavam um *fissum* geográfico, uma fenda na paisagem. Imobilidade em fluidez, os rios teriam a virtude de permutar espaços. Seriam atalhos rompendo o confim entre dois domínios incomunicáveis.

Assim, o mesmo Tigre que tolheu a passagem do Presbyter aparece na narrativa de Marco Polo como uma das mais freqüentadas vias de acesso às maravilhas do mar indiano. Entre Bagdá e Basra, informa-nos ele, “*vanno e vegnono mercatanti e loro mercatantie*” numa viagem de 18 dias.¹⁹ Idêntica presunção cercou, em 1484, o rio Congo cujo descobrimento causou grande entusiasmo em Portugal. Tomado como um braço ocidental do Nilo, especulou-se se não seria possível usar seu curso para atingir diretamente a Índia sem os percalços da ainda incerta circunavegação da África.²⁰

Em alguns casos, a ligação entre territórios distintos se dava de forma bem mais obscura. Segundo uma antiga lenda grega, depois de correr no Peloponeso, o Alfeus desaparecia sob o mar Jônico para só irromper em Siracusa, na Sicília. Outro rio a assumir contornos de mistério foi o Stix, cujas águas negras e corrosivas desciam por um relevo escarpado até perderem-se no subsolo. Tido por maldito e pernicioso, acreditava-se que ele transportasse a alma dos mortos rumo às profundezas do Hades.²¹

Mas foi na Idade Média que a idéia do rio enquanto passagem para o Além ganhou sua formulação mais ambiciosa. À semelhança das veias e artérias do corpo humano, os grandes rios estariam ligados entre si por meio de uma vastíssima ramificação subterrânea. Houve inclusive quem imaginasse que, trilhando um complicado caminho sob o Mar Vermelho e o Oriente Próximo, o Indo não seria senão a continuação natural do Nilo. Esta longa ligação subterrânea foi comentada pelo historiador grego Flávio Ariano, no século II d.C. Mas a lenda talvez remonte aos tempos da conquista de Alexandre, quando se descobriu que ambos os rios eram povoados de crocodilos.²² Assim, se nos fosse dado percorrer qualquer manancial ao revés, seu curso invisível deveria nos levar a outro e a outro e a

mais outro sucessivamente até alcançarmos a cabeceira comum a todos eles: a própria fonte da vida que banhava o Paraíso Terrestre.²³

O fato é que a existência dos rios intrigava, mesmo quando o simbólico era substituído pela reflexão teórica. A tentativa de compreendê-los enquanto fenômeno físico colocava dificuldades consideráveis. Antes de mais nada porque era difícil admitir que a fonte do Paraíso por si só pudesse justificar o volume de água presente em tantos cursos fluviais. Além disso, como explicar que o perpétuo fluxo dos rios não inundasse o oceano?

Platão limitou-se a dizer que eles eram alimentados por reservatórios líquidos escondidos debaixo do solo. Mais atento ao problema da manutenção do nível do mar, Aristóteles concebeu um ousado ciclo de conversão envolvendo os quatro elementos. De início, o calor do sol ocasionava a evaporação dos oceanos. Depois, o vapor penetrava nas cavidades da terra e se condensava sob a forma de água. Era esta, continuava o filósofo, a razão pela qual os grandes rios nascem em zonas montanhosas. Funcionando à maneira de enormes esponjas suspensas, as montanhas absorviam a umidade da atmosfera e a deixavam escorrer pelas suas reentrâncias. Por fim, buscando o lugar natural, a água tendia a confluír para os pontos mais baixos do relevo até ser devolvida ao mar.

Plínio, como de costume, propôs uma síntese entre os dois filósofos. Retomando o raciocínio platônico, ele imaginava a crosta terrestre como uma sucessão de cavidades, canais e túneis capazes de engolir rios inteiros. Embora não falasse na conversão dos elementos como Aristóteles, Plínio também preocupou-se com o equilíbrio entre terra e mar. Na sua opinião, as tais cavidades subterrâneas se enchiam periodicamente com o fluxo das marés. Filtrada pela terra, a água marinha tornava-se doce e fresca para então transbordar numa miríade de fontes e nascentes.²⁴

Para os antigos, os rios eram portanto tidos como o veículo buliçoso que, devolvendo a água ao mar, ajuda a restabelecer a ordem da paisagem; mas, ao mesmo tempo, significavam um corte no meio dela. Fundando uma contínua rede de circulação hídrica, ora se apresentavam como atalho ora como obstáculo. Quase como se suas águas tivessem o dom de romper e confirmar a concretude do globo.

Saber e fantasia dos mananciais americanos

Tendo em vista esse complexo quadro mental, não admira o papel determinante que os rios assumiram logo nas primeiras descrições da América. Já em 1507, Francazio Montalboddo falava com entusiasmo dos veios auríferos de Cuba, “*laquale alcuni la chiamano Offira*”.²⁵ A alusão remonta a 1496, quando Colombo estava prestes a concluir sua segunda viagem. Informado sobre o achamento de grãos dourados, o Almirante mandou o irmão Bartolomeu percorrer o leito do rio Haina. O resultado da expedição foi surpreendente: no alto de uma montanha, os espanhóis encontraram escavações muito profundas que a todos pareciam ser as célebres minas do rei Salomão.²⁶

Mas nos primórdios da conquista foi outro rio a marcar o imaginário americano. Em sua terceira viagem (1498), Colombo assestou velas rumo ao equador na esperança de encontrar a ilha Taprobana. Tal como previsto pelos cosmógrafos, a existência de terra na região foi confirmada. Costeou-se um país muito povoado, com belíssimos hortos e prados floridos cujo perfume podia ser sentido a 20 milhas de distância. Mas a certa altura as águas do mar se encrespavam, perderam a salinidade e a fúria da correnteza passou a arrastar as embarcações. Foi quando, cheio de terror, Colombo deparou a gigantesca foz do Orinoco.²⁷

Batizada com o sugestivo nome de “Boca do Dragão”, ela foi a pista mostrando que o país em questão não podia ser uma ilha. Somente uma vasta massa territorial seria capaz de propiciar o acúmulo de água necessário ao nascimento de rios daquele porte. Era a primeira evidência inequívoca de que, entre a Europa e a Ásia, havia um continente ainda desconhecido. Colombo, que como é bem sabido sempre rejeitou a idéia, teve de buscar refúgio no mito. Na sua opinião, o ímpeto do Orinoco assim como os perfumes do lugar seriam ambos signos da proximidade de outro espaço terrestre situado a oriente da Ásia, provavelmente o jardim do Éden.²⁸

Dois anos mais tarde, em 1500, Vicente Pinzón também se aventurou pela região, sendo o primeiro europeu a cruzar o equador na borda ocidental do Atlântico. Os prodígios do território onde aportou lhe pareceram próprios da Índia *extra Gangem*. Ali seus homens enfrentaram uma tribo de gigantes, tiveram provas da existência de metal precioso e ainda

viram o fluido salgado mar converter-se em água doce. Desta vez a causa do fenômeno era outra foz dilatadíssima, a do rio Amazonas.²⁹

Começava a delinear-se a hipótese de que tais terras fossem sulcadas por um curso fluvial particularmente caudaloso. Já no planisfério dito Cantino, de 1502, temos a alusão a um “Rio grande”, junto ao qual o cartógrafo anotou “todo este mar he de ague doce”. Vertido em latim (*totum illud mare est de aqua dulce*), o mesmo texto surge cinco anos depois no mapa do alemão Waldseemüller para designar a zona que separa o Amazonas do Orinoco. Aliás, este acabou por tornar-se um dos lugares-comuns que percorre quase toda a cartografia quinhentista da América.³⁰

A legenda tem, de fato, um valor emblemático. A imagem do mar de água doce não deixa de emoldurar com grande força expressiva uma natureza que parecia pautar-se pela inversão. Ouro abundante como grãos de areia, primavera perene, homens e rios gigantescos: cercado por mares de água doce, o novo território se apresentava ao olhar europeu como uma realidade ao avesso.

Seja como for, as informações vagas e contraditórias que sobre ele circulavam não foram capazes de se sobrepor a um imaginário coletivo já bastante sedimentado. O Oriente continuava a ser a obsessão de todos os navegadores. E a existência daquele grande rio incógnito correndo paralelo ao equador não deixou de parecer altamente sugestiva. Quem sabe, perguntavam os mais otimistas, não poderia surgir ali uma via alternativa ao Cabo da Boa Esperança? Surpreso com os relatos sobre a sua vastidão, Pedro Mártir de Anghiera chegou a sugerir que o Amazonas fosse “um mar dividindo terras”. Anos depois, um dos capitães de Pizarro, Sebastian Belalcazar, sonhava com galeões carregados de produtos orientais (em particular a canela) sulcando suas águas numa rota bem mais curta que a descoberta por Vasco da Gama.³¹

Entretanto, com o fracasso das tentativas, buscar a passagem para o Oriente na altura do equador, ganhou força a idéia de explorar outras latitudes. Dada a disputa pela demarcação do tratado de Tordesilhas, a Coroa espanhola assumiu a estratégia de acelerar a exploração do sul do continente americano. Em 1515, seguindo indicações de um prisioneiro português, o *piloto mayor* Juan Diaz de Solis desceu muito além do Trópico de

Capricórnio e deu com um vasto estuário. Como era de se esperar, repetiu o bordão dos antecessores e o batizou de “La Mar Dulce”. Não teve, todavia, a sorte de contemplar a Ásia como sonhava. Atacado pelos nativos, morreu sem avançar foz adentro.

Levariam décadas até que o descobrimento desses mares doces cedesse lugar à efetiva exploração dos rios colossais que os alimentavam. Até a conquista dos impérios Asteca (1521) e Inca (1533), tanto o Amazonas quanto o Prata ficaram relegados a um virtual abandono. Suas águas irrompiam por entre as curvas atônitas do misterioso continente, eis o que se sabia de concreto. Esboçados vagamente na cartografia, eles serviram apenas para acentuar o contraste entre o conhecido e o incógnito.

Teve início assim um processo lento — mas persistente e vigoroso —, que acabaria por abrasar a fantasia de todos. A situação equatorial do Amazonas fundamentou a hipótese de que seu leito escondesse riquezas inconcebíveis. Até porque era muito difundida a idéia de que, assim como as especiarias, os minérios preciosos também brotassem sob influência do calor solar. Ao menos era o que demonstravam outros territórios tropicais como a Índia, as ilhas da Malásia e o próprio reino do Preste João. Quanto mais próximo o sol, mais picante a pimenta, aromática a canela e depurado o metal.³²

É interessante lembrar ainda que, devido às incertezas na estimativa das longitudes, era perfeitamente aceitável a crença segundo a qual o litoral atlântico estava a poucos dias de viagem de Potosi. Supunha-se inclusive que subindo o alto Orinoco pelo Guaviare seria possível chegar a Quito. Em 1551, o almirante William Cecil e o cosmógrafo Richard Eden estudaram seriamente a possibilidade de conquistar o Peru através do Amazonas. Foram os interesses da diplomacia inglesa que impediram que a idéia fosse levada avante.³³

Nesse meio tempo, o rio da Prata também recuperou seu papel estratégico. Em 1531, os portugueses já tinham deixado de enviar expedições até aquela região. Era um sintoma do progressivo esgotamento de seus homens e fundos, tragados pelos esforços na conquista do mercado indiano. Os espanhóis, por sua vez, seguiam uma dupla linha política: de um lado, intensificaram a defesa do estuário platino; de outro, a fim de garan-

tir a possessão das Molucas, escolheram o dito rio como limite para a linha das Tordesilhas.³⁴

Hoje, porém, sabemos que na vida dos colonos esta demarcação teve um valor meramente protocolar. Desde muito cedo ganhou força a suposição de que o rio da Prata seria o principal meio de acesso às minas que fizeram o esplendor dos incas. A causa, aparentemente banal, ligava-se à posição oblíqua da sua vazante. O fato de que ela apontasse para o noroeste certamente não passou despercebido aos espanhóis e a primeira tentativa de navegá-lo se deu em 1535, apenas dois anos após a conquista do Peru. Vale notar ainda que entre os principais financiadores da expedição figurava a casa bancária dos Welser, cujos negócios estavam diretamente ligados à exploração da prata.³⁵

No último quartel do século XVI, o sonho de utilizar aquele manancial como via de acesso no interior do continente se converteu em realidade. O eixo da economia peruana estava preso aos preços exorbitantes dos mercadores espanhóis que monopolizavam o comércio no Pacífico. Facilitados pela União Ibérica, alguns elementos luso-brasileiros acabaram por usar a navegação fluvial para estender seus interesses sobre as zonas meridionais da América espanhola. O rio da Prata serviria, então, como rota primordial num curto-circuito entre o comércio atlântico e o Peru que deixou marcas na nossa história colonial.³⁶

Com o avanço da conquista em muitas frentes, era natural que crescesse a porosidade entre os imaginários europeu e indígena. Até porque, há fortes indícios de que as informações geográficas costumavam ocupar a primeira linha do contato entre as duas culturas. Foi assim que no ano de 1536, o nosso já conhecido capitão Belalcazar ouviu os primeiros rumores sobre o homem ou príncipe dourado. Diziam os nativos que, em algum ponto no interior da floresta amazônica, existiria outro reino superior em opulência ao dos incas. Descreviam ainda um estranho ritual que tinha por objeto o corpo do monarca. Untando-se com gordura de tartaruga, este se fazia cobrir de ouro em pó da cabeça aos pés e depois se banhava num lago para que a preciosa cobertura se dispersasse nas águas.³⁷

O impacto da lenda justifica-se. Em parte, ela parecia ecoar uma passagem de Marco Polo sobre a província de Maabar, na Índia. A sociedade

do lugar, observava o viajante, era marcada por uma diferença demasiado nítida entre o rei e seus súditos. Se estes últimos não precisavam de alfaiate porque andavam nus, aquele vestia-se com um fausto impressionante:

a collo un collaretto tutto pieno di pietre preziose [...] Ancor li pende da collo una corda di setta sottile che li va giù dinanzi un passo, e in questa corda àe da .ciiiij. [104] tra perle grosse e rubini [...] Ancora porta a le braccia bracciali tutti pieni di queste pietre carissime e di perle, e ancora tra le gambe in tre luoghi porta di questi bracciali così forniti.

A suntuosidade era tamanha que o dito indumento deveria valer, na expressão maravilhada de Polo, “*una buona città*”.³⁸

Não estamos muito distantes do mito captado pelos espanhóis no Peru. Em ambos, o contraste auto-evidente e explícito que opõe o nu ao vestido desdobra-se numa série de oposições muito mais complexas, como a distinção entre modéstia e soberba, entre miséria e magnificência, entre selvageria e civilidade. Mas no caso do príncipe dourado, para quem o nu é o vestido, todas essas diferenças entram em colapso. Vem daí talvez o lado mais inquietante da sua figura, que foi apresentada de forma lapidar por Gonzálo Fernandez Oviedo. O príncipe, dizia ele:

continuamente anda cubierto de oro moljdo, o tan a menudo como sal muy molida, porque le parece a el que ningun otro vestido ni atavio es como este [...] e con cierta goma o licor oloroso se unta por la mañana e sobre aquella uncion se echa aquel oro molido e queda toda la persona [...] tan resplandesciente como una pieça de oro labrada a mano de un muy buen platero o artefice.³⁹

Pintado de ouro e banhado num lago, o enigmático monarca amazônico entrecruzava os extremos de uma terra singular. Era, por assim dizer, o cúmulo do despojamento corrompido pelo cúmulo da ostentação. Mas, ao mesmo tempo, era também o máximo da purificação e do desapego aos bens materiais contrafeito pelo máximo do desperdício. Ambigüidade entre o sagrado e o profano, que de resto fica patente quando tomamos em conta uma de suas inúmeras representações na cartografia. No primeiro planisfério Descellier (1546), o homem dourado aparece em pé junto a um grupo de súditos. A indumentária e a postura reverente dos personagens

foram claramente calcadas na iconografia cristã, lembrando episódios como a adoração dos reis magos e o batismo de Cristo. Surge assim uma tradição lendária que faria história na crônica da Conquista — o El Dorado.⁴⁰

Por volta de 1550, o mito começa a ser associado ao império dos Omáguas. Gente riquíssima em ouro, estes índios tinham como capital a luzente Manoa (que, diga-se de passagem, estaria para “Manaos”). Situada nas margens de um vastíssimo lago, a metrópole era possivelmente a mesma governada pelo Príncipe Dourado. A notícia deste reino ignoto chegou até os moradores do Peru através de índios e de dois colonos portugueses vindos do Brasil. De início, o grupo era formado por milhares de pessoas que teriam subido o Amazonas em busca da Terra Sem Mal. Segundo o cronista Arias de Alместo, os sobreviventes daquela jornada na selva

*dezían tan grandes cosas del río y de las provincias a él comarcanas y especialmente de la provincia de Omagua, así de la gran muchedumbre de naturales como de ynumerales riquezas, que pusieron desseo a muchas personas de las ver y descubrir.*⁴¹

Não faltam evidências de que os índios construíram à volta do Amazonas uma mitologia própria. Humboldt registrou uma belíssima lenda nativa, segundo a qual as Nuvens de Magalhães e as nebulosas de Argos seriam um reflexo do esplendor metálico lançado pelas montanhas de prata do Parima. As fontes da época mencionavam ainda o Vupubaçu ou Paraupava, províncias fantásticas associadas a uma lagoa central que possuía boas 33 léguas de largo e era circundada por cidades de ouro. Não é difícil perceber que esse imaginário de origem local repetia, como num jogo de espelhos, o próprio mito do El Dorado.⁴²

A fantasia de uns alimentava a intemperança de outros, criando um estado de alucinação coletiva. Foi nesse contexto que surgiram as duas grandes epopéias fluviais da conquista americana. A primeira teve lugar no rio da Prata em 1535 e foi comandada por Pedro de Mendoza. Sua história ficou bastante conhecida na época graças ao relato de um dos sobreviventes, o arcabuzeiro bávaro Ulrich Schmidt. Conta-nos ele que, devido à falta de víveres no forte de Buenos Aires, um destacamento de cristãos recebeu ordens de buscar provisões rio acima. A pluralidade de povos que encon-

traram pelo caminho foi enorme. Nenhuma raça monstruosa chega a ser mencionada, mas a insistente referência à feiúra das índias indica que estamos nos afastando para longe do padrão da boa perfeição humana. À dada altura, o sentimento de estranheza é substituído pelo de familiaridade. Chegando na terra dos Xarayes, os viajantes são recebidos por uma poderosa corte. Seu modo de vida se assemelha ao da nobreza européia nos mínimos detalhes: desde o uso de bigodes cultivado pelos cavaleiros até a recepção musical conduzida por autênticos oboístas. Os viajantes ainda tentam ir adiante em busca do reino das amazonas, mas são barrados por um imenso charco de água quente (o que provavelmente seria uma alusão ao Pantanal). Todo o episódio, é bom lembrar, foi representado por Theodore de Bry numa deliciosa série de gravuras.⁴³

A segunda epopéia teve lugar no Amazonas em 1542. Os paralelos com a história de Schmidt são inúmeros, a começar pelas alusões ao problema alimentar. Ouvira-se em Quito rumores sobre uma floresta de canela. Enviados com a missão de encontrar a especiaria, o capitão Orellana e seus homens acabaram sendo empurrados irremediavelmente pelo curso das corredeiras andinas. Movidos pela fome, decidiram prosseguir viagem na esperança de desembocar no Atlântico. Passando de afluente a afluente, viram maravilhas incontáveis. Junto ao rio Purus, apareceram gigantes. Ao sul da desembocadura do Madeira, verificou-se a presença de pigmeus. Mais adiante tiveram contato com uma raça de índios cujos pés eram virados ao contrário (“antípodas” autênticos, por assim dizer). Cruzaram ainda o senhorio de Omágua, onde abundavam louças mais finas e belas que as de Málaca. Após meses vagando sobre aquele manancial que parecia não ter mais fim, o grupo atingiu a foz e rumou a salvo para a Espanha.⁴⁴

A aventura dos amazonautas foi celebrada nas páginas das *Navigazioni e Viaggi*, de Ramusio e no *Epistolario*, do cardeal Pietro Bembo, causando impacto entre os humanistas. Até porque a história dava conta de uma antiga obsessão relativa ao mundo extra-europeu. A tribo das amazonas, perseguida sem sucesso por Schmidt no Prata, tinha já sido vislumbrada por Colombo no Caribe e por Juan de Grijalva no Yucatán, sendo finalmente localizada nos Andes por Jimenez de Quesada. Fazendo o amor, a guerra e

filhas fêmeas, tais mulheres constituíam uma antítese integral à norma masculina. Estreitamente ligadas à idéia da inversão e aos motivos do mundo de cabeça para baixo, elas serviam para indicar como a distância geográfica se traduzia em excentricidade moral.⁴⁵

Esses e outros temas lendários continuaram a fermentar na mente do conquistadores. Tanto que, em 1559, o vice-rei do Peru nomeou oficialmente Pedro de Orsúa governador do sempre inacessível El Dorado. As tentativas de descobri-lo na selva se sucederam com uma insistência veemente, apaixonada, cega. A partir de 1584, Antonio de Berrio realiza nada menos que três expedições à sua procura. Na última delas, em 1593, convenceu-se de que a única pista verdadeira ficava para os lados da Guiana. Escolheu entre seus homens um representante para comunicar sua teoria ao rei. Mas o emissário foi capturado por piratas na Caraíba e os manuscritos de Berrio caiu nas mãos do governador da Virgínia, Sir Walter Raleigh.⁴⁶

A fantasia dos rios americanos se apresentava agora como um todo orgânico. Sua credibilidade tornou-se consenso não apenas para a sempre ávida categoria dos conquistadores. Na virada do século XVII, o El Dorado, as amazonas, o reino dos Omáguas e outras maravilhas circulavam em mapas impressos na Europa como se aludissem a uma realidade perfeitamente tangível. Formavam uma espécie de horizonte virtual que era tomado seriamente em consideração pelos governos, pelos mercadores, pelos eruditos e até mesmo pelos místicos.

Antonio León Pinelo não estava sozinho quando declarou que os verdadeiros rios do Paraíso eram o Magdalena, o Orinoco, o Prata e o Amazonas. Para os obstinados que insistiam em atribuir a distinção a grandes mananciais do Oriente, tais como o Nilo, o Tigre, o Eufrates e o Ganges, o cronista dirigiu um argumento demolidor. Estes não passariam de simples arroios quando comparados aos rios da América do Sul — e arremata: *“Los que en ella se han descubierto tienen tanta grandeza, que aunque se junten en uno los cuatro de la Ásia no podrán igualar al menor de ellos.”*⁴⁷

Pinelo exagerava, não resta dúvida. Mas seu exagero estava em consonância com o que muita gente pensava da América. Enfim, se perguntados, mesmo os mais céticos teriam que admitir: *se non è vero è ben trovato*.

A terceira margem

Mitogeografias são um objeto difícil. Como qualquer dado de mentalidade, elas formam um saber implícito que permeava a consciência de todos — do viajante na proa da sua aventura ao banqueiro que a financiava, do cronista na sua escrita ao editor que a publicava, do humanista em suas leituras ao analfabeto que as ignorava. Estamos, por isto mesmo, diante de um fenômeno que se manifesta em fontes dispersas, fugidias e quase sempre contraditórias.

Ainda assim o imaginário que acabamos de examinar apresenta perspectivas reveladoras para a interpretação histórica. A paisagem concreta de que nos falam os documentos deixa entrever uma paisagem onírica, feita de preconceitos, de estereótipos, de fantasias frustradas. São estes códigos nebulosos, labirínticos, que precisamos aprender a decifrar. Pois era por meio deles que os homens da época mapeavam a própria identidade cultural.

No contexto dos Descobrimentos, os rios passaram a ser associados a um quadro simbólico particularmente fértil. Limite (*terminus*) da segurança e da ordem de um mundo conhecido, representavam também uma fenda (*fissum*) capaz de conduzir o viajante rumo ao exótico, ao Outro. Foi em torno desta dupla simbologia que o imaginário da conquista tomou forma. Distribuídas e fixadas numa seqüência espacial, as extravagâncias do Novo Mundo passariam a fazer parte de um universo mais coerente, mais compreensível. Foi assim que a terceira margem — os sonhos — do Amazonas e do Prata ajudaram o europeu a atinar a realidade da América.

Notas

¹ Michel Foucault. “Des espaces autres”. *Architecture, Mouvement, Continuité*. Paris, n. 5, 1984, pp. 46-9.

² É o caso de W. G. Niederland. “River Symbolism.” In: Idem. *Maps from the Mind — readings in psychogeography*. Norman: Univ. of Oklahoma, 1989, pp. 15-75.

³ Jacques Le Goff. *La Naissance du Purgatoire*. Paris: Gallimard, 1981.

⁴ Frank Lestringant. *Écrire le Monde à la Renaissance*. Caen: Paradigme, 1993; John Gillies. *Shakespeare and the Geography of Difference*. Cambridge: Cambridge U. P., 1994; Jeremy Brotton. *Trading Territories — mapping the early modern world*. London: Reaktion Books, 1997.

- ⁵ V. Carlos Riley. “Ilhas Atlânticas e Costa Africana.” In: F. Bethencourt & K. Chaudhuri (eds.). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, v. 1, pp. 153-62.
- ⁶ Gabriel Soares de Sousa. *Tratado Descritivo do Brasil* [1587]. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987, p. 43.
- ⁷ Pedro Arias de Albesto. *Relación Verdadera de Todo lo que Sucedió en la Jornada de Omagua y Dorado*. Biblioteca Nacional de Madrid MSS. 3191 [1561]. In: *El Descubrimiento del Rio de las Amazonas*. Barcelona: Pirelli, 1952, p. 60-1.
- ⁸ Martín Saavedra y Guzmán. *Descubrimiento del Rio de Las Amazonas y Sus Dilatadas Provincias*. Biblioteca Nacional de Madrid MSS. 5859 [1636]. In: Idem, p. 77.
- ⁹ João Teixeira. *Descrição de Todo o Marítimo da Terra de Sancta Cruz Chamado Vulgarmente o Brasil* [1640]. Lisboa, ANTT, Casa Forte — 162.
- ¹⁰ Sebastião da Rocha Pita. *História da América Portuguesa* [1780]. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p. 23.
- ¹¹ Gn 1: 9-12, 20-21 (trad. da *Bíblia de Jerusalém*).
- ¹² Gn 2: 6, 10-14.
- ¹³ É o que dita a famosa sutra XLVII: 15 do *Alcorão*.
- ¹⁴ Tácito. *Germania*.
- ¹⁵ Plutarco. *Vidas*. É sugestivo que o sonho de César nas margens do Rubicão tenha fascinado o espírito renascentista. Valeria a pena compará-lo com outro obstáculo mítico: as colunas de Hércules. Q. v. John Gillies. Op. cit., pp. 22-3.
- ¹⁶ Manuel João Ramos. *Ensaio de Mitologia Cristã*. Lisboa: Assírios & Alvin, 1997, pp. 76-7.
- ¹⁷ Plínio, o Velho. *Naturalis Historia*, XXXI: 24; Josefo. *Guerra Judaica*, VII: 97-9. Cf. Juan Gil. *Mitos y Utopías del Descubrimiento*. Madrid: Alianza, 1989, v. 1, pp 220-1.
- ¹⁸ *Bíblia de Jerusalém*, Jos 3: 14-17 e 2Rs 2: 7-8, 13-14.
- ¹⁹ Marco Polo. *Milione*. Milano: Adelphi, 1994, cap. xxiv, p. 34.
- ²⁰ Sobre a exploração da África e seus reflexos no saber geográfico, q.v. Francesc Relaño. *The Idea of Africa Within Myth and Reality*. Firenze: EUI, 1997.
- ²¹ Sobre o Alfeu, baseio-me em John K. Wright. *The Geographical Lore of the Time of the Crusades*. New York: American Geographical Society, 1925, p. 27. Para o Stix, v. Joël Schmidt. *Dictionnaire de la Mythologie Grecque et Romaine*. Paris: Larousse, 1965, p. 286.
- ²² Cf. Alexander von Humboldt. *Quadros da Natureza*. Rio de Janeiro: Jackson Inc., 1950, v. 1, p. 214.
- ²³ Q.v. Sérgio B. de Holanda. *Visão do Paraíso*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1985, pp. 8 e ss.; e Jean Delumeau. *Une Histoire du Paradis*. Mésnil: Fayard, 1992, pp. 59-65.
- ²⁴ J. K. Wright. Op. cit., pp. 27 e 205.
- ²⁵ Montalboddo. *Paesi Nuovamente Ritrovati*. Vincenza, 1507, lib. IV, parágrafos cxcvii e cci.

²⁶ Ecos do episódio foram registrados num texto de junho de 1496, hoje denominado “Informacion anonima sobre las condiciones y posibilidades economicas de la isla Espñola”. In: Juan Pérez de Tudela (ed.). *Colección Documental del Descubrimiento* (1470-1506). Madrid: Mapfre, 1994, t. II, pp. 907-9.

²⁷ Colombo. “Carta-Relacion de Almirante a los Reyes sobre su tercer viaje” (30/5 a 31/8/1498). In: Idem, t. II, pp. 1093-1119.

²⁸ A polêmica do Orinoco é analisada por Edmundo O’Gorman. *A Invenção da América*. Trad. port. São Paulo: Unesp, 1992, pp. 136-42. Obviamente, nem a hipótese de Colombo (Paraíso) nem a de Anghiera (novo continente) foram unânimes. O próprio Montalbodo, nos seus países “novamente” descobertos, observaria apenas: “alcuni dicono che quella sia terra ferma de l’Índia”. Op. cit., parag. ccvi.

²⁹ Samuel E. Morison. *The European Discovery of America*. New York: Oxford U. P., 1971, v. 2, pp. 213-4.

³⁰ V. Isa Adonias. *A Cartografia da Região Amazônica*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963, vol. 1, pp. 17, 27-35 e passim.

³¹ Ladislao Gil Munilla. *Descubrimiento del Marañon*. Sevilla: G.E.H.A., 1954, pp. 93-5.

³² Anghiera, por exemplo, explicava a riqueza das Molucas pela “virtude que o sol tem no equinócio sobre a matéria terrestre disposta para receber o dom celeste que se lhe oferece”. (*Decadas*, VIII lib. IX.) Cf. L. Gil Munilla. Op. cit., p. 140.

³³ Marianne Mahn-Lot. “Voyages d’exploration en Amerique Espagnole: le mythe de ‘El Dorado’.” In: J. Ceard and J-C. Margolin (eds.). *Voyager à La Renaissance*. Paris: Maisonneuve & Larose, 1987, pp. 409-15; David Gwyn. “Richard Eden Cosmographer and Alchemist.” *The Sixteenth Century Journal*. Kirksville: Un. of Missouri, v. 15, 1984, pp. 13-34.

³⁴ Paulo Nascimento. “Prata, Rio da.” In: Luís de Albuquerque (ed.). *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*. Lisboa: Caminho, 1994, pp. 915-8.

³⁵ Joël Lefebvre. “Un allemand dans la ruée vers l’or: le journal de voyage d’Ulriche Schmidel en Amérique du Sud (1534-1554).” In: J. Ceard and J-C. Margolin (eds.). *Voyager à La Renaissance*, cit., pp. 99-114.

³⁶ Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos Videntes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, pp. 199-203.

³⁷ São duas as fontes mais antigas do mito: Juan de Castellanos. *Elegías de Hombres Ilustres de Índias* (parte II, canto 3) e Frei Pedro Simón. *Noticias Historiales de las Conquistas de Tierra Firme en las Índias Occidentales*. Embora só tenham sido publicadas tardiamente, elas devem ter circulado sob a forma de manuscrito. Há evidências de que Acosta as tenha lido antes de publicar a sua *Historia Natural y Moral de las Índias*, em 1590.

³⁸ Marco Polo. *Milione*, cit., cap. clxx, pp. 255-6.

³⁹ Datado de 1543, o texto de Oviedo sobre o El Dorado foi muitas vezes traduzido e editado. Q.v. sua reprodução integral em Eugenio Asensio. “La carta de Gonzalo Fernández

de Oviedo al cardenal Bembo sobre la navegación del Amazonas”. *Revista de Indias*. Madrid, Julio-Diciembre, v. 9, 1949, p. 574.

⁴⁰ A literatura sobre o El Dorado é vastíssima. Vale a pena consultar, entre outros, Demetrio Ramos Perez. *El Mito del Dorado*. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 1973; e Juan Cobo Borba (ed.). *Fabulas y Legendas de El Dorado*. Barcelona: Tusquets, 1987.

⁴¹ Pedro Arias de Alместo. *Relación Verdadera...*, cit., p. 4.

⁴² Humboldt. Op. cit., v. 1, p. 218; Sérgio Buarque de Holanda. Op. cit., p. 34 e passim.

⁴³ Ulrich Schmidt. *A True and Agreeable Description of Some Principal Indian Lands and Islands*. (Trad. ing. do original alemão publicado em 1567). New York: The Hakluyt Society, 1891, v. 81.

⁴⁴ A história da expedição de Orellana chegou até nós através do admirável *Descubrimiento del Rio de Las Amazonas*, do frei Gaspar de Carvajal.

⁴⁵ Jean-Paul Duviols. *L'Amérique Espagnole Vue et Rêvée*. Paris: Promodis, 1985, pp. 43-53.

⁴⁶ Juan Gil arrola algumas centenas de expedições em busca do Eldorado e semelhantes. *Mitos y Utopías del Descubrimiento*. Madrid: Alianza, 1989, vol. 3.

⁴⁷ Antonio León Pinelo. *El Paraíso en el Nuevo Mundo: Comentario Apologético, Historia Natural y Peregrina de Las Indias Occidentales Islas de Tierra Firme del Mar Oceano* [1645-50]. Lima: Torre Aguirre, 1943, v. 1, p. 139.

Resumo

Vários rios americanos intrigaram navegadores e cosmógrafos. Tal reação lança luz sobre um estrato cultural profundo ligado à simbologia dos grandes mananciais. Já na antiguidade clássica e nos primórdios do cristianismo, os rios estavam associados a um duplo significado: ora como obstáculo (limite natural de uma identidade coletiva) e ora como atalho (signo da possibilidade de romper fronteiras e permutar espaços). Preocupação constante nas estratégias européias de penetração e controle do território, o Amazonas e o Prata deram vida a um notável complexo mitológico. Suas margens serviram para ordenar uma série de referências fabulosas, tais como tribos de gigantes e pigmeus, o reino das amazonas, as montanhas resplandecentes do Parima, a província de Omagua, o El Dorado. O papel deste imaginário fluvial foi dar consistência ao desconhecido, ajudando a tornar o Novo Mundo uma realidade mais coerente e compreensível.

Abstract

Many American rivers puzzled navigators and cosmographers. This reaction throws light on a deep cultural layer linked to the symbology of great springs. Since Classical Antiquity and the Early Christianity, rivers have been associated with a double meaning: as obstacle (natural borderline of a collective identity) and as shortcut (a sign of the possibility of breaking through frontiers and exchanging spaces). Major concern in the European strategies regarding the penetration and controlling of the territory, the Amazon and the river Plate gave birth to a remarkable mythological complex. Their margins were to organise a number of fabulous references, such as tribes of giants and pigmies, the reign of the amazons, the resplendent mountains of Parima, the province of Omagua, the El Dorado. The role of such a fluvial imaginary was giving consistence to the unknown, helping to make the New World a more coherent and comprehensible reality.